

Os gestores das PMEs e os relatórios contábeis: uma pesquisa sobre o conhecimento dos gestores com vistas para a implantação do CPC para PME

Liliane Cristina Segura (UPM) - liliane.segura@mackenzie.br

João Carlos Magalhães (MACKENZIE) - joaocarlosmagalhaes@hotmail.com

Lantierre Andrade Santos (Mackenzie) - lanti-r@hotmail.com

Ricardo Jioji Mizoguchi (UPM) - ricardojp@hotmail.com

Weber Danilo Andreolli Marques (UPM) - webermarques1147@hotmail.com

Resumo:

A necessidade por informações contábeis está cada dia maior, tanto para usuários internos quanto externos. Essas informações são de grande utilidade para as empresas nas tomadas de decisão, análises financeiras e controle fiscal desde que seja possível interpretá-las adequadamente. Para isso é fundamental a padronização e transparência das informações. A internacionalização das normas contábeis através do IFRS atendeu à muitas dessas necessidades, mas complicações surgiram quando este processo alcançou as pequenas e médias empresas (PMEs). Percebeu-se que itens importantes de exigência das novas normas não eram viáveis para as PMEs, e também a insuficiência de conhecimento dos gestores a respeito das normas contábeis dificultando a implementação das novas normas. Por isso, alteraram-se algumas partes do IFRS para ser possível sua adoção nas PMEs. Neste trabalho, o objetivo foi verificar o nível de conhecimento dos gestores das PMEs em relação aos relatórios adotados pelo IFRS, identificar o perfil dos mesmos e possíveis caminhos para a melhoria dos relatórios contábeis neste segmento. Concluiu-se que os gestores das PMEs possuem baixo conhecimento, utilizam de forma incorreta e possuem tendência à utilizar relatórios que apenas atendem às exigências do Fisco.

Palavras-chave: *IFRS, Pequenas e médias empresas, Relatórios contábeis*

Área temática: *Gestão de Custos para Micros, Pequenas e Médias Empresas*

Os gestores das PMEs e os relatórios contábeis: uma pesquisa sobre o conhecimento dos gestores com vistas para a implantação do CPC para PME

RESUMO

A necessidade por informações contábeis está cada dia maior, tanto para usuários internos quanto externos. Essas informações são de grande utilidade para as empresas nas tomadas de decisão, análises financeiras e controle fiscal desde que seja possível interpretá-las adequadamente. Para isso é fundamental a padronização e transparência das informações. A internacionalização das normas contábeis através do IFRS atendeu à muitas dessas necessidades, mas complicações surgiram quando este processo alcançou as pequenas e médias empresas (PMEs). Percebeu-se que itens importantes de exigência das novas normas não eram viáveis para as PMEs, e também a insuficiência de conhecimento dos gestores a respeito das normas contábeis dificultando a implementação das novas normas. Por isso, alteraram-se algumas partes do IFRS para ser possível sua adoção nas PMEs. Neste trabalho, o objetivo foi verificar o nível de conhecimento dos gestores das PMEs em relação aos relatórios adotados pelo IFRS, identificar o perfil dos mesmos e possíveis caminhos para a melhoria dos relatórios contábeis neste segmento. Concluiu-se que os gestores das PMEs possuem baixo conhecimento, utilizam de forma incorreta e possuem tendência à utilizar relatórios que apenas atendem às exigências do Fisco.

PALAVRAS-CHAVE: IFRS, Pequenas e médias empresas, Relatórios contábeis.

ABSTRACT

The need for accounting information is increasing daily, both for internal and external users. This information is very useful for business in decision making, financial analysis and fiscal control as long as it is possible to interpret them properly. It is essential the standardization and transparency of information for this. From there it was established the internationalization of accounting standards by IFRS, but complications arose when this process reached the small and medium enterprises (SMEs). It was noticed that important items of demanding standards were not viable for SMEs, and also the lack of knowledge of managers regarding accounting standards made it difficult to implement the new standards. Therefore, some parts of the IFRS were changed in order to be possible its adoption in SMEs. This study's goal was to assess the knowledge level of managers of SMEs regarding the reports adopted by IFRS, to identify their profile and possible ways to improve accounting reports in this segment. It was concluded that the managers of SMEs have little knowledge of accounting reports and it is suggested some options for improving them.

KEY-WORDS: IFRS, Small and medium enterprises, Accounting reports.

1. INTRODUÇÃO

A Ciência Contábil pelo seu caráter social sofre influência do contexto e da dinâmica da sociedade. É possível observar constantes mudanças em diversos setores da economia. Dessa maneira, a exigência da atuação no modo de como a contabilidade interage em relação à utilização de suas demonstrações é cada vez maior.

Adaptar-se às necessidades dos usuários sempre foi prioridade para esta Ciência, e para isso foi criado em 1973 o IASC (*International Accounting Standards Committee*) com a função de estabelecer e publicar um padrão universal para os relatórios contábeis. O IASB (*International Accounting Standards Board*) foi criado em 2001 na estrutura do IASC e nasceu pela necessidade de ter um organismo capaz de oferecer ao mercado de capitais globalizado uma linguagem comum para todos os relatórios financeiros, sendo que a partir desse período ele assumiu as responsabilidades técnicas do IASC. Suas normas padronizadas são denominadas *International Financial Reporting Standards – IFRS*.

O Brasil, para atender aos interesses do mercado, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com a finalidade de alinhar as normas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade e, dessa forma, tornar-se mais atraente e seguro em relação aos investidores. Em 2006, o Banco Central, por meio de uma deliberação do colegiado de sua diretoria, emitiu um comunicado ao mercado visando convergir às normas aplicáveis às instituições financeiras no Brasil às normas do IASB até 2010. Nesse contexto, a CVM, a partir da Instrução nº 457 de 13.07.2007, estabeleceu que as companhias abertas deveriam apresentar suas demonstrações consolidadas em padrão internacional a partir do exercício findo em 2010.

Um tema bastante discutido na contabilidade envolve o fato de que no Brasil não se costumava utilizar um padrão de relatórios contábeis para as pequenas e médias empresas, de forma que os relatórios com maior nível de detalhamento e relevância se restringiam ao acompanhamento gerencial dos diversos departamentos de uma empresa, auxiliando tanto no âmbito estratégico quanto operacional. (PEREIRA; SILVA, 2006)

Este fato também leva em consideração a maneira de como é tratada e avaliada a informação pelos profissionais das áreas administrativas e contábeis dessas empresas que, em alguns casos, não tem o conhecimento apropriado para fazer com que as entidades possam atingir a melhor eficiência nos seus relatórios e nas suas demonstrações. (CONCEIÇÃO; et al, 2009)

O grande problema consiste na credibilidade do processo usado na obtenção dessas informações, sendo que se busca compreender a maneira como as pequenas e médias empresas geram e utilizam as informações desses relatórios contábeis.

Dessa forma, a questão de pesquisa deste trabalho é: “*Qual o conhecimento dos gestores das pequenas e médias empresas em relação aos relatórios adotados pelo IFRS?*”

O objetivo geral deste artigo é verificar se existe, entre as pequenas e médias empresas, algum conhecimento dos gestores em relação aos relatórios adotados pelo IFRS.

Os objetivos específicos são: identificar a utilização dos relatórios contábeis por estas empresas, identificar o perfil dos gestores dessas empresas; inferir o impacto que a adoção do IFRS pode gerar nas pequenas e médias empresas.

Para que os objetivos fossem atingidos, foi feita uma pesquisa do tipo qualitativa, por meio da aplicação de questionários e análise do padrão de resposta de 70 gestores de empresas na cidade de São Paulo.

Devido ao recente início de conversão e adoção das normas de contabilização brasileira aos padrões internacionais, ainda é escassa a quantidade de pesquisas que abordem o impacto que essa padronização causará nas empresas brasileiras.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1. O conceito de pequenas e médias empresas

Segundo Schermerhorn (2007), as pequenas empresas são partes de um dos setores mais importantes para a maioria dos países. Há uma divergência na classificação de pequenas e médias empresas. A *Small Business Administration* (SBA) dos Estados Unidos, por exemplo, define pequena empresa como uma empresa que emprega 500 funcionários, ou menos, dependendo da indústria. De acordo com o SEBRAE (2009), as pequenas empresas são

classificadas até quarenta e nove empregados. As médias empresas são as que possuem até noventa e nove empregados.

De acordo com o BDNES (2009) as pequenas empresas serão as que possuem receita anual entre um milhão e duzentos mil reais e dez milhões e quinhentos mil reais. As médias empresas serão as que possuem receita anual entre dez milhões e quinhentos mil reais e sessenta milhões de reais.

De acordo com a Receita Federal as pequenas empresas são aquelas que possuem receita bruta anual superior a duzentos e quarenta mil reais e iguais ou inferiores a dois milhões e quatrocentos mil reais e possuem até cem funcionários. As médias empresas serão as que possuem receita bruta anual superior a dois milhões e quatrocentos mil reais e iguais ou inferiores a cem milhões de reais.

Segundo Jacyntho (2000) para as empresas serem qualificadas como pequenas e médias elas devem apresentar algumas características: devem possuir um quadro de pessoal reduzido, devem ser dirigidas pessoalmente por seus proprietários, devem ter reduzido valor de capital e de faturamento anual em relação ao setor econômico onde operam, devem ser juridicamente independente de outras grandes empresas, não devem ocupar posição dominante em seu setor, não devem dispor de elevados recursos econômicos, não devem estar direta ou indiretamente vinculada aos grandes grupos financeiros.

Nesse trabalho definiremos as pequenas e médias empresas pelo número de empregados e por questões de aplicação dos conceitos do IFRS, as pequenas e médias empresas (PMEs) e terão o mesmo tratamento.

No Brasil, por exemplo, as PMEs representam aproximadamente 98% das empresas, empregando cerca de 70% da mão-de-obra. (SEBRAE, 2004).

2.2. Os relatórios contábeis nas PMEs

As PMEs enfrentam muitos problemas para se manterem no mercado. De acordo com pesquisa do Sebrae (2005), para os empresários das empresas extintas (68% deles), a principal razão para o fechamento da empresa está centrada no bloco de falhas gerenciais, destacando-se: ponto/local inadequado, falta de conhecimentos gerenciais, ou seja, falta de capacidade de interpretação dos dados gerenciais e desconhecimento do mercado, seguida de causas econômicas. A contabilidade pode ajudar essas PMEs a resolverem boa parte destes problemas, diminuindo em grande parte o número de empresas que não sobrevivem aos primeiros anos de atividade (SEBRAE, 2005).

Segundo Schermerhorn (2007) uma das maiores dificuldades que as PMEs enfrentam é a não utilização da contabilidade como instrumento para tomada de decisões. Não utilizando a contabilidade, as pequenas empresas sentirão uma grande dificuldade em organizar as suas prioridades por não terem uma estratégia de negócios definida. A escassez de recursos disponíveis em caixa para investimentos internos e externos é um grande complicador no crescimento das dificuldades. Existem ferramentas que ajudam na tomada de decisões como por exemplo, o fluxo de caixa que serve para o controle de todas as contas relacionadas a entradas e saídas de recursos financeiros do caixa. Quando falamos das PMEs, a correta utilização do caixa é de extrema importância para o futuro da empresa. (SCHERMERHORN, 2007).

A utilização de Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) também ajuda a PME no sentido de concentrar as receitas e despesas ocorridas em um determinado período confrontando-as para chegar a um resultado positivo ou negativo. A DRE, se corretamente utilizada, ajuda os donos de pequenas empresas a tomar decisões mais corretas em relação ao rumo que a pequena empresa deve seguir, tornando-se assim uma grande ferramenta para a sobrevivência destas.

Com a utilização de eficientes controles internos, as pequenas empresas podem avaliar de uma forma muito mais concreta o seu desempenho econômico, operacional e financeiro,

satisfazendo os objetivos traçados pela administração, reduzindo desperdícios decorrentes das atividades da empresa. (LONGENECKER, 2004)

Geralmente os pequenos empresários não dão muito valor para estas ferramentas e o contador neste caso é visto como uma pessoa que cuida apenas da parte burocrática e legal das pequenas empresas, esquecendo que pode ser um grande instrumento para o crescimento destas. (LONGENECKER, 2004)

Uma das grandes dificuldades das PMEs é levantar capital junto aos bancos para complementar as necessidades de capital de giro ou para investimentos. Em um cenário econômico de estabilidade financeira, PMEs não teriam tantas dificuldades em obter recursos de terceiros, ao contrário, as empresas provavelmente estariam à procura das empresas rentáveis. (LONGENECKER, 2004)

As PMEs não possuem uma contabilidade voltada para usuários externos (IFRS for SMEs, 2009). Muitas instituições financeiras adotam um sistema de Balanço Perguntado¹ para a obtenção de dados das PMEs, e assim possibilitando desta forma a montagem de relatórios contábeis para a verificação da situação da empresa para a obtenção de empréstimos e financiamentos. (KASSAI e KASSAI, 2000).

As pequenas empresas têm muitos problemas de capacidade gerencial e administrativa, que possuem relevância para seu sucesso. Para isso, devem-se adaptar alguns demonstrativos contábeis: o Balanço Patrimonial, DRE, Plano de Contas, Centro de Custos e Fluxo de Caixa. (LACERDA, 2006)

O uso de sistemas de informações contábeis nas empresas tem crescido, porém na maior parte das vezes essas informações não são processadas corretamente ou de forma coerente, pois esse sistema serve para fornecer informações sobre a saúde da empresa e indicar as melhores decisões sobre o seu futuro. Além de gerar informações, permite explicar os fenômenos patrimoniais, construir modelos de prosperidade, efetuar análises, controle gerencial e também serve para prever e projetar exercícios seguintes entre outras. (OLIVEIRA; MÜLLER; NAKAMURA, 2000)

Dessa forma é necessário para que a empresa consiga alcançar seus objetivos, ela tem que através dos seus administradores traçarem plano e o seguido de forma eficiente, na medida em que são aplicados os investimentos e seus recursos, fazendo uso das ferramentas necessárias para o progresso, em rumo ao seu objetivo, nas quais será necessário que a administração detenha de conhecimento e informações coerentes de como anda a empresa, e compreender como todo o organismo funciona.

Vale dizer também que os administradores estão preocupados em elevar o sucesso da empresa e seu crescimento e alavancar os seus lucros, maximizando a sua riqueza, tendo como ponto de partida as informações vindas da contabilidade, que muito deles ou não tem acesso ou não sabe como usar quanto tem essas informações em mãos. (RESNIK PAUL; 1990).

2.3. O processo de internacionalização das normas contábeis

Os IASs (*International Accounting Standard*) e os IFRSs (*International Financial Report Standard*) são os pronunciamentos de contabilidade em nível internacional sob regimento do IASB (*International Accounting Standard Board*), órgão criado para emitir pareceres sobre as normas internacionais. Estas normas internacionais têm como objetivo unificar as informações financeiras das empresas, elevando a qualidade das informações e facilitando a compreensão entre seus usuários.

¹ Balanço Perguntado é o levantamento das informações através de um questionário previamente elaborado que permite diagnosticar a situação econômica e financeira de uma empresa. (CORRÊA, MATIAS e VICENTE, 2006)

2.4. Histórico do IFRS.

O IFRS para PMEs foi elaborado especialmente para atender às necessidades e capacidades das pequenas e médias empresas. Este pronunciamento é separado do IFRS completo, portanto permite qualquer país adotá-lo, independentemente de ter adotado ou não a versão completa. Cabe ao mesmo definir quais entidades deverá adotar determinada versão. No Brasil, a sua tradução foi feita através do CPC Pronunciamento Técnico PME.

As PMEs que são a maior parte das empresas brasileiras e buscam informações precisas e transparentes. Essas empresas possuem necessidades crescentes de um padrão de demonstrações contábeis na área financeira (BALDARELLI, et al; 2007)

Como o IFRS completo não era propício para as mesmas, devido à sua complexidade e exigências, inferiu-se que a aplicação de um pronunciamento específico era mais pertinente. (IASB).

Algumas das barreiras presentes em nossa cultura para a adaptação às novas normas de contabilidade. Uma dessas barreiras em a forte cultura voltada ao lado fiscal e a estrutura de nossas leis serem baseadas no conceito do Direito Romano (*Code Law*), em que as regras são definidas em legislação nacional possuindo um procedimento geral que todos devem seguir, sem espaço para exceções.

No *Common Law* o procedimento segue mais aos costumes já adotados e desenvolve-se caso a caso analisando seus precedentes, quando não possuindo um, criando-se um novo caso que servirá como futura referência.

Esta modalidade de norma permite mais flexibilidade na contabilidade para casos que exijam tratamentos diferenciados, o que não é possível no *Code Law*. (MARTINS, MARTINS e MARTINS, 2007)

Na pesquisa de Souza e Coutinho (2007), verificou-se que há uma diferença entre as demonstrações contábeis de grupos controlados por europeus no Brasil, demonstrando a tendência à publicação voluntária de informações.

Percebe-se, com isso, um problema na existência de diferentes formas de demonstrações contábeis em diferentes localidades, gerando mais trabalho para quem gera tais informações, sendo mais difícil de realizar comparativos de resultados ou às vezes tornando essa tarefa impossível caso as diferenças entre as demonstrações sejam em partes essenciais da demonstração. A ausência de informações também dificulta a comunicação entre quem gera e quem se utiliza as mesmas. (ROSA, VOESE, 2008)

Segundo o UNCTAD (2006), a implementação do IFRS ao redor do mundo sofre influência determinante das convenções e dos sistemas de normas locais, sendo que em muitas situações as empresas enfrentam dificuldade por não considerarem a contabilidade como ferramenta de controle gerencial.

Um exemplo a ser citado é o sistema de implementação do IFRS em dois países: Alemanha e Turquia, no qual se notam os impactos que as empresas sofreram pela mudança das normas. (UNCTAD, 2006). Uma das principais razões para a inadequação da Turquia na implementação do IFRS é a falta de pressão sobre as empresas turcas para disponibilizar publicamente as suas demonstrações financeiras, porque a grande maioria das empresas são empresas familiares.

De acordo com uma pesquisa realizada pela UNCTAD (2006) sobre a implementação do IFRS, os profissionais de Contabilidade da Turquia elaboram suas demonstrações financeiras apenas pensando nas exigências fiscais. Dos entrevistados, 18% vêem as diferenças fiscais do IFRS e as normas antigas como um dos principais obstáculos para a implementação do IFRS na Turquia.

No caso da Alemanha, a implementação do IFRS é obrigatória apenas para um pequeno número de empresas, cerca de 1500 empresas alemãs. Os princípios contábeis alemães já contemplavam uma boa parte das alterações feitas pelo IFRS.

Além do mais, a maioria dessas empresas não percebe os benefícios da convergência ao IFRS, que nesse caso é percebido como um conjunto volumoso e complexo de normas contábeis. As PMEs ainda se preocupam particularmente quanto à aplicabilidade destas normas que se destinam a servir os propósitos de capital e os interesses dos investidores do mercado. Porém, com a recente criação de um pronunciamento direcionado exclusivamente as PMEs muitas empresas antes desconfortáveis se tornarão favoráveis a mudança.

2.5. O CPC para PMEs

De acordo com o CPC para PME (2009), para as empresas serem enquadradas como pequenas e médias elas não devem ter obrigação pública de prestação de contas e devem elaborar demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Uma empresa tem obrigação pública de prestação de contas se seus instrumentos de dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado de ações ou estiverem no processo de emissão de tais instrumentos para negociação em um mercado aberto (seja em bolsa de valores nacional ou estrangeira ou em mercado de balcão, incluindo mercados locais ou regionais) ou possuir ativos em uma condição fiduciária perante um grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios.

Para as PMEs poderem adotar o IFRS pela primeira vez devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com o mesmo, contendo uma declaração, explícita e não-reservada, de conformidade com o mesmo.

Essas demonstrações contábeis serão consideradas as primeiras demonstrações da entidade se, por exemplo: a entidade não apresentou demonstrações contábeis para os períodos anteriores, apresentaram suas demonstrações contábeis anteriores mais recentes de acordo com outras exigências que não consistentes com o IFRS para pequenas e médias empresas em todos os aspectos, ou apresentou suas demonstrações contábeis anteriores mais recentes em conformidade com o IFRS para pequenas e médias empresas.

O IFRS para pequenas e médias empresas demanda as seguintes demonstrações em seu conjunto de normas: o balanço patrimonial ao final do período, a demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação, a demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação, as notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias, a demonstração do resultado do período de divulgação, a demonstração do resultado abrangente do período de divulgação, podendo ela ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. Caso esta última seja apresentada separadamente, deve começar com o resultado do período e se completar com os itens dos outros resultados abrangentes.

Analisando o que é exigido no CPC PME e nos CPCs já publicados que dizem respeito às demonstrações contábeis entendemos que há algumas diferenças entre os dois. As principais partes são iguais: conceitos, procedimentos a serem seguidas, definições das contas, prazos de divulgação. As diferenças presentes são a exclusão da necessidade de certos itens serem apresentados nas demonstrações exigidas pelo CPC PME e de outros itens considerados fatores que pudessem dificultar as PMEs de criarem seus demonstrativos, ou itens que não representaram importância relevante no âmbito de PMEs ou até mesmo a impossibilidade delas apresentarem tais informações por não as possuírem. Alguns exemplos disso seriam: a divulgação de valor nominal de ações, sua quantidade em circulação e distribuição de dividendos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto ao tipo, como exploratória conforme definida por Sampieri (2006), que serve como referência e base para novas pesquisas. Buscou-se obter maior fonte de conhecimentos sobre o impacto na obrigatoriedade da adoção das normas do

IFRS nas pequenas e médias empresas, visto que não se encontrou pesquisas relacionadas sobre este tema nas bases de dados pesquisadas.

3.2. Método de Pesquisa

Conforme estabelecido por Sampieri (2006), estudos qualitativos abordam coleta de dados utilizando técnicas que não mensuram e nem associam o resultado numérico à análise da pesquisa. Esse método não generaliza os resultados e também não utiliza uma amostra representativa que seja possível expandir para populações mais amplas.

O método dessa pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por fornecer profundidade aos dados e por oferecer um ponto de vista recente dos fenômenos abordados, assim como flexibilidade para tratar os elementos. Foi considerada de forma relevante a utilização da técnica qualitativa, por se tratar de dados exploratórios e que dessa maneira podem abrir uma lacuna para uma série de novas pesquisas.

3.3. População e Amostra

População pode ser expressa como um conjunto de todos os elementos quantitativos existentes no campo de pesquisa (SAMPLIERI, 2006).

A população utilizada nessa pesquisa são empresas brasileiras de pequeno e médio porte localizadas na cidade de São Paulo.

Amostra é definida como uma parte da população, onde se coleta dados sendo representativo na população. A amostra não probabilística utiliza um procedimento de seleção informal e a partir dela pode-se inferência sobre a população (SAMPLIERI, 2006).

Nessa pesquisa foi utilizada amostra, onde foram enviados 312 questionários dos quais foram obtidas 70 respostas de empresas. Esse foi o total analisado nesta pesquisa. Portanto, a amostra irá se caracterizar como amostra de conveniências. Os dados foram analisados qualitativamente, uma vez que o padrão de resposta foi considerado na análise dos dados.

3.4. Procedimento de coleta e análise dos dados

O processo de coleta de dados com enfoque qualitativo é definido por Sampieri (2006), como a obtenção de informações de indivíduos, comunidades, contextos, variáveis ou situações em profundidade no próprio contexto do indivíduo.

Para compreender o nível de conhecimento dos gestores de PMEs em relação à adoção das normas internacionais de contabilidade, o questionário foi elaborado de forma a identificar padrões de respostas que pudessem evidenciar o objetivo da pesquisa.

Os questionários foram enviados por e-mail e a coleta de suas respostas se deu via internet; também foi enviado um número significativo de questionários por telefone.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Ao todo foram realizados 312 questionários dos quais 70 foram respondidos, sendo que 22 respondidos por telefone e 48 por um sistema de pesquisa on-line através de questionários chamado *Formsite*. Do total de respondentes, 21% eram contadores da empresa, 40% os gerentes financeiros, 7% os diretores das empresas e 32% de outros cargos.

Com relação à classificação da empresa, foi utilizada a quantidade de funcionários conforme a classificação do SEBRAE. Das empresas pesquisadas 63% são consideradas médias e 37% são pequenas. A pesquisa não foi feita com micro empresas por considerar-se que esta categoria teria maior dificuldade de fornecer dados para esta pesquisa. Assim, entende-se que ao pesquisar pequenas e médias empresas a obtenção da resposta à questão de pesquisa seria mais adequada.

Nas empresas pesquisadas pode-se observar que 44% são empresas do ramo de serviços, 33% do ramo de comércio, 19% do ramo da indústria e 4% mista. Dessas, 51% possuem contabilidade terceirizada e 49% contabilidade própria. A partir dessa classificação podem-se fazer algumas inferências, que serão descritas a seguir.

É possível observar através da análise dos dados que os respondentes em sua maioria têm grande preocupação com os relatórios contábeis mais utilizados. No entanto, quando

questionados sobre os relatórios mais específicos, a maioria não considera importante ou desconhece. O relatório mais conhecido dentre os específicos é o Fluxo de Caixa.

Considerando a resposta dos gestores, que 44% dos gestores têm algum conhecimento sobre as normas do CPC para PMEs, é necessário ressaltar que apenas 19% das empresas pesquisadas já adotam o novo CPC. Das empresas que ainda não adotaram, cerca de 60% dos gestores responderam que a implementação leva um ano ou menos para ser concluída.

Ao mesmo tempo, foi questionado aos gestores o tipo de software utilizado pela empresa. A intenção era identificar se as empresas possuíam sistemas ERP (*Enterprise Resource Planning*) ou apenas se utilizavam de ferramentas como planilhas eletrônicas. Entende-se que haveria maior dificuldade de adaptação para empresas com softwares menos elaborados.

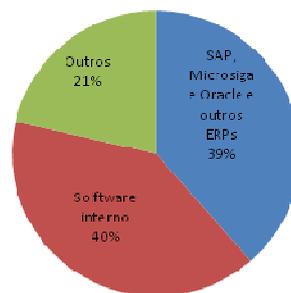


Figura 1. Softwares Utilizados

Como demonstra a Figura 1, apenas 39% das empresas pesquisadas utilizam um sistema integrado de gestão empresarial, a grande maioria utiliza softwares próprios de acordo com as suas necessidades ou faz todo o controle gerencial a partir de planilhas eletrônicas. Isso, em grande parte se deve aos custos elevados para a aquisição e manutenção dos sistemas integrados, que em algumas situações não satisfazem a relação custo/benefício principalmente nas pequenas empresas. Ao analisar a amostra como um todo, pode-se inferir que na maioria das empresas há um sistema de controle gerencial que possibilita maior confiabilidade em suas informações.

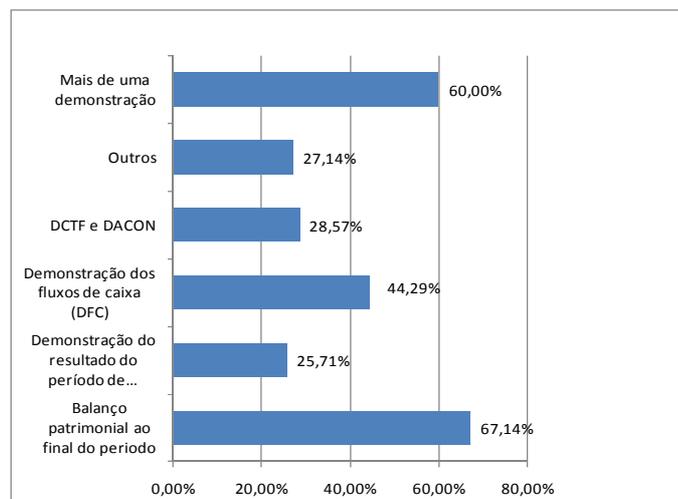


Figura 2. Demonstrações financeiras na Decisão de Expansão de negócios

Após observar a Figura 2, nota-se que grande parte dos respondentes utiliza o Balanço Patrimonial e outros relatórios para decisão relacionada à expansão dos negócios. Isso significa que 60% dos respondentes utilizam mais de uma demonstração e que é necessária a análise de uma ou mais demonstrações para atingir essa finalidade. Em contrapartida, 67% acreditam que o Balanço Patrimonial pode fornecer as informações necessárias, e ainda 28% afirmam que declarações fiscais seriam importantes. Entende-se que as decisões baseadas apenas nessas informações têm menos chances de obter os resultados desejados pelos gestores. É recomendável a utilização de mais informações, como a análise dos resultados passados da empresa e um fluxo de caixa da empresa nos próximos cinco anos. Isso indica a insuficiência de conhecimento dos gestores na análise da informação contábil, pois utilizam relatórios e declaração de impostos para fazer uma análise financeira.

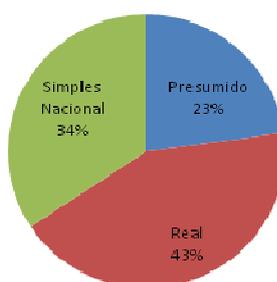


Figura 3. Tributação das empresas pesquisadas

Também foi questionado sobre o tipo de tributação do lucro de cada empresa, de forma a entender se existe relação entre a complexidade da tributação e o nível de conhecimento dos gestores. Como observado na Figura 3, as empresas optantes pelo lucro presumido e do simples requerem menos demonstrações contábeis, há um controle menor das informações internas dificultando análises sobre a empresa e tomadas de decisões.

De acordo com os dados das entrevistas (Figura 3), 43% dos gestores consideram importantes e 40% acham muito importantes as demonstrações contábeis na tomada de decisão. No entanto, eles mostraram em outra questão apontada, que não possuem muito conhecimento sobre quais demonstrações são úteis para a tomada de decisão, tendo em vista que só as utilizam para atender ao fisco.



Figura 4. Benefícios que as empresas visualizam com as normas contábeis

É possível observar que 50% do total de respondentes acreditam que a adoção das normas internacionais tem a função de padronização das leis. Pode-se inferir que esse grupo não conhece a finalidade real da mudança das normas. Alguns respondentes, 36% do total, definiram a importância relacionada a transparência e facilidade nas análises das informações e ainda 14% não sabem os benefícios que a mudança pode trazer, conforme observa-se na Figura 4.

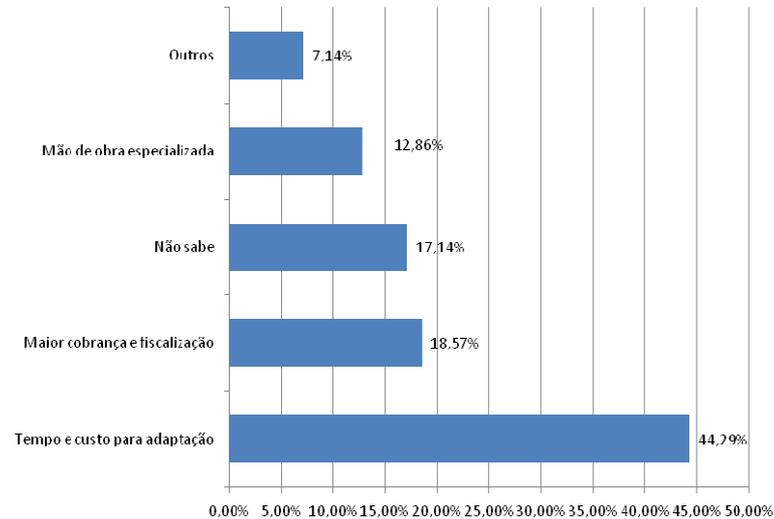


Figura 5. Desvantagens que as empresas visualizam com a adoção das normas contábeis

Com base na análise dos resultados (Figura 5), pode-se observar que os 44% do total de respondentes acreditam que a maior desvantagem está relacionada com tempo e custo para adaptação das novas normas. Pode-se entender, através dessa situação, que as empresas pesquisadas não possuem conhecimento suficiente no assunto e dessa forma a tendência é que elas tenham dificuldade para adoção das normas. Ainda há 19% que mencionaram um nível maior de exigência da fiscalização é a principal desvantagem e 13% acreditam que a escassez de mão de obra qualificada é um impasse para a mudança. Do total de respondentes, 17% não tinham conhecimento para identificar as desvantagens, conforme se observa na Figura 5.



Figura 6. Nível de preocupação das empresas em relação à adoção das normas contábeis

Levando em consideração os dados apurados, 56% das empresas entrevistadas tem preocupação com a falta de mão de obra especializada, 16% têm preocupação com a fiscalização e 8% se preocupa com o prazo. É possível inferir que os próprios responsáveis pela parte financeiro/contábil têm dificuldades para assimilar a implantação do CPC para

PMEs dentro de suas empresas ainda mais levando em consideração que 14% nem souberam responder a questão, conforme Figura 6.

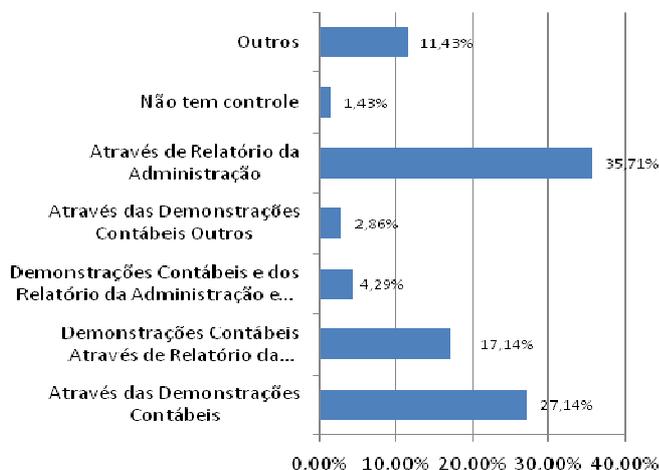


Figura 7. Relatórios usados para controle sobre eficiência

Verifica-se também na Figura 7, que mais de 50% das empresas utilizam os relatórios da administração para manter o controle de sua eficiência. Pode-se inferir que apesar de uma boa parcela dos entrevistados adotarem as demonstrações contábeis para manter controle sobre sua eficiência, os entrevistados não têm conhecimento de que relatórios da administração não trazem informações suficientes.

Das empresas pesquisadas, 27% do total de respondentes dizem que se baseiam nas Demonstrações Contábeis, dessa forma mesmo os gestores dando importância significativa para essas demonstrações para tomada de decisões, eles não possuem capacidade de interpretá-las corretamente.

Os respondentes também informaram que 53% das empresas pesquisadas não fizeram a implementação do SPED Fiscal. Isso se deve ao fato de que o nome delas não faz parte da relação que o governo disponibiliza no site da Receita Federal. Como a maior preocupação dessas empresas é com o fisco, observa-se também que 20% afirma que ainda irá implementar o SPED Fiscal.

Também foi perguntado aos gestores qual o nível de dificuldade que a empresa enfrentou na implementação do SPED fiscal, dentre as que o fizeram. A maioria absoluta (95%) afirmou ter tido uma dificuldade considerável nessa implementação. Isso confirma a dificuldade da empresa em organizar suas informações contábeis.

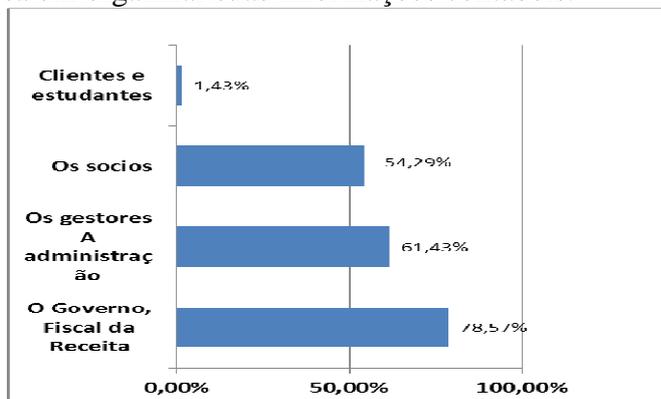


Figura 8. Utilização dos relatórios gerados pelas empresas

Como se pode observar na Figura 8, as empresas estão mais preocupadas em atender apenas as necessidades do governo e fisco e de sua própria administração. Infere-se que as empresas realmente não atendem os padrões para adotar o CPC para PMEs, pois como mencionado em outras questões, utilizam-se de demonstrações simples tanto para crescimento, quanto para manter sua eficiência administrativa.

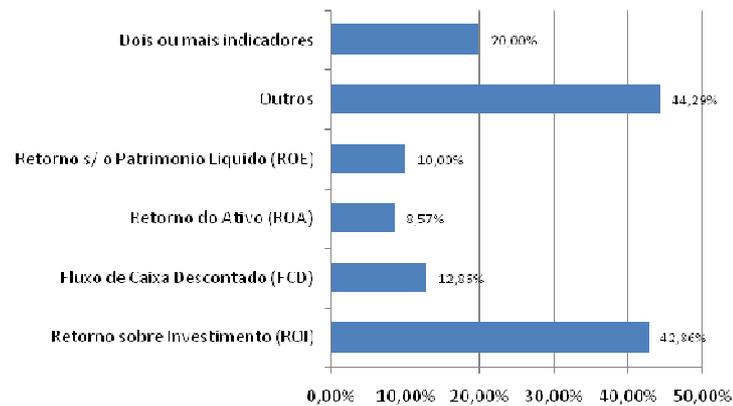


Figura 9. Relatórios utilizados como indicadores

Com base nos dados apurados (Figura 9), percebe-se aqui um uso considerável do ROI (*Return on Investments*) como indicador na empresa (42,86%). Pelas análises já feitas de questões anteriores sobre o conhecimento dos gestores das empresas a respeito dos demonstrativos contábeis acredita-se que as empresas usam realmente por padrão o ROI, e poucas conhecem/utilizam outros indicadores quando propicio, por falta de conhecimento.

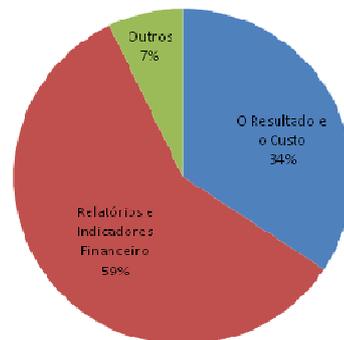


Figura 10. Relatórios utilizados para decisão de corte de despesas

Pelos dados apresentados na Figura 10, 59% utilizam relatórios e indicadores financeiros quando decidem cortar gastos, e que 34% estão preocupados com os custos e os resultados da empresa. Já que 79% das empresas pesquisadas preparam orçamentos, pode-se inferir que a grande preocupação que as empresas têm é voltada para o resultado da empresa e com a obrigação de cumprir o orçamento estabelecido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi verificar o conhecimento dos gestores das pequenas e médias empresas em relação aos relatórios adotados pelo IFRS.

Conseguiu-se identificar uma grande deficiência dos gestores das empresas em relação ao conhecimento do CPC para PME e das demonstrações contábeis, apesar dos mesmos estarem cientes da importância desses elementos para as tomadas de decisão.

Quanto à identificação do perfil dos gestores das empresas entrevistadas foi constatado que sua grande maioria não possui conhecimento contábil, dificultando a interpretação das demonstrações contábeis.

Tendo em vista que a maior parte das empresas teve grande dificuldade para até mesmo na implementação do SPED fiscal, percebeu-se a falta de organização das informações internas das empresas evidenciando que essas empresas terão muito ao que ajustar para implementação do CPC para PMEs. .

A partir das informações obtidas, indicam-se possíveis alternativas para melhorar a qualidade de informações contábeis nas empresas. Dentre elas, a contratação de mão-de-obra qualificada, treinamento dos empregados da empresa/da contabilidade externa, a capacitação do gestor no aspecto contábil e aumento da cobrança dos relatórios contábeis dentro da empresa.

Dessa forma, o conhecimento dos gestores das pequenas e médias empresas em relação às demonstrações contábeis ainda é muito baixo. Isso representa uma grande barreira para a implementação do CPC para PME.

Como sugestão para novos trabalhos indica-se um aprofundamento no assunto através de uma pesquisa de campo com um número maior de amostras que seja suficiente para representar o setor das PMEs e também uma pesquisa desse tipo nas microempresas.

É interessante também fazer uma pesquisa futura após a implementação do CPC para PMEs e fazer um comparativo entre o que foi previsto e o que realmente aconteceu.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso básico de contabilidade: introdução à metodologia da contabilidade, contabilidade básica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BALDARELLI, Maria-Gabriella et al. International Accounting Standards For SMEs: Empirical Evidences from SMEs in a Country in Transition and a Developed Country Facing New Challenges.

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. Florianópolis : Editora da UFSC, 1994.

BATY, Gordon B. Pequenas e médias empresas dos anos 90: guia do consultor e empreendedor. São Paulo: Makron Books, 1994.

BRASIL, COMISSÃO VALORES MOBILIÁRIOS. INSTRUÇÃO COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM Nº 457 DE 13.07.2007.

CONCEIÇÃO, Adan B.C., et al. Terceirização Contábil: Um Enfoque Gerencial Sobre As Necessidades, A Realidade E As Aspirações Dos Usuários Deste Serviço Especializado. 2009. 25p. Dissertação (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.

CORRÊA, A.C.C.; MATIAS, A.B.; VICENTE, E.F.R. *Balanco Perguntado: Uma Metodologia de Obtenção de Demonstrativos Financeiros de Micro e Pequenas Empresas*: IX Seminário de Administração FEA-USP, 10 a 11 de agosto de 2006.

GITMAN, Laurence J. Princípios de administração financeira. 7. Ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GOUVEIA, Nelson. Contabilidade básica. 2. Ed. São Paulo: Harbra, 2001.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. Metodologia de pesquisa. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

IFRS for Small and Medium-Sized Entities.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. Contabilidade introdutória. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. , Análise de balanços : a análise da liquidez e do endividamento, a análise do giro, a análise da rentabilidade, a análise da alavancagem financeira - 8. ed. / 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JACYNTHO, Patrícia H. Ávila (2000): As relações de trabalho nas pequenas e médias empresas dentro da reforma trabalhista, publicada na Síntese Trabalhista n.º 131, maio de 2000. Faculdade de Direito e Administração da Fundação Educacional de Barretos – São Paulo.

KASSAI, Sílvia; KASSAI, José Roberto Kassai; NOSSA, Valcemiro. *Pequenas empresas – como é difícil levantar dinheiro*. Recife/PE: Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos, 2000.

LACERDA, J. B. A contabilidade como ferramenta gerencial na gestão as micros e pequenas empresas (MPMEs): necessidade e aplicabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXXV, n. 160, p. 39-53, jul./ago. 2006.

LONGENECKER, J. G. Administração de Pequenas Empresas, São Paulo. Makron Books, 2004.

MARION, José C. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 1987.

MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles. Contabilidade introdutória. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, E. ; MARTINS, V.A. ; MARTINS, E.A.: *Normalização Contábil: Ensaio Sobre Sua Evolução e o Papel do CPC*, RIC/UFPE - REVISTA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL, VOL. 1, NO 1 P. 7-30, SET/2007.

NETO, Alexandre A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 4. ed. São Paulo : Atlas, 1998.

OLIVEIRA, Antonio G.; MÜLLER, Aderbal N.; NAKAMURA, Wilson T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. Revista FAE, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez. 2000.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, Operacionais. São Paulo: Atlas, 1997.

PEREIRA, José Carlos da S.; SILVA, Rafael de Castro da. Evidenciação (Disclosure): O Produto Final da Ciência Contábil. Revista Simonsen, Rio de Janeiro, Janeiro/2006.

PEREIRA JR, Paulo Jorge; GONÇALVES, Paulo Roberto S. A empresa enxuta. Rio de Janeiro : Campus, 1995.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. Conversão de demonstrações contábeis. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RESNIK, Paul. A bíblia da pequena e média empresa. São Paulo: Makron Books, 1991.

Revista Contábil & Empresarial Fiscolegis, quarta-feira, 14 de outubro de 2009.

ROSA, L.; VOESE, S.B. *A Utilização da Inoformção Contábil Como Elemento Estratégico para a Contabilidade de Gestão: Um Estudo de Caso*, 2008.

SCHERMERHORN, J. R. Administração, LTC editora S.A, 2007.

SHANK, John k., GOVINDARAJAN, Vijay. A REVOLUÇÃO DOS CUSTOS “Como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentemente competitivos”. Tradução de Luiz Orlando Coutinho Lemos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Daniel Salgueiro. Manual de procedimento contábil para micro e pequenas empresas.

SITE DO CPC: <http://www.cpc.org.br> dia 10/11/2009 às 16:00.

SITE: SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL = <http://www.receita.fazenda.gov.br> dia 14/10/2009 às 12:15.

SITE DO IASB = <http://www.iasb.org> dia 14/10/2009 13:00.

SITE DO SEBRAE = <http://www.sebrae.com.br> dia 20/09/2009 14:30 e 09/12/2009 às 16:15.

SITE DO BNDES = <http://www.bndes.gov.br> dia 20/09/2009 às 15:00.

SOUZA, Alan A. A. S;COUTINHO FILHO, Fernando B. Harmonização internacional: um estudo sobre as dificuldades de convergência das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS) In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT BOARD, Commission on Investment, Technology and Related Financial Issues, Intergovernmental Working Group of Experts on, International Standards of Accounting and Reporting, Twenty-third session, Geneva, 10–12 October 2006.